

CADASTRAMENTO DE ADMINISTRADORES JUDICIAIS PESSOA NATURAL PROVIMENTO CGJ Nº 57/2025 (CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO)			INDEX
1	()	Requerimento para Credenciamento/Renovação de Auxiliares da Justiça, por meio de link disponibilizado no site da CGJ/TJRJ	
2	()	Identificação Civil (RG CNH ou documento oficial com foto) com até 10 (dez) anos de emissão;	
3	()	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), caso não conste no documento de identificação civil;	
4	()	Número de inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social (NIT ou PIS);	
5	()	Documento de inscrição no respectivo órgão de classe;	
6	()	Certidão de regularidade junto ao órgão de classe, expedida, no máximo, há 30 dias;	
7	()	Curriculum vitae ;	
8	()	Certificado de conclusão em curso de formação e capacitação para exercer a função de Administrador Judicial, com conteúdo programático voltado à administração de empresas falimentares ou em recuperação judicial.	
9	()	Comprovante de domicílio com até 90 (noventa) dias de emissão;	
Certidões negativas de débitos tributários:			
10	()	Certidão de Inexistência de débitos Tribunários Municipais (correspondente ao Município de domicílio do requerente)	
11	()	Certidão de Inexistência de débitos Tributários PGE (correspondente ao Estado de domicílio do requerente)	
12	()	Certidão de Inexistência de débitos Tributários Estaduais - SEFAZ (correspondente ao Estado de domicílio do requerente)	
13	()	Certidão de Inexistência de débitos tributários federais - PGFN	
Certidões negativas de distribuição de processos criminais:			
14	()	Certidão negativa de distribuição de processos criminais da Justiça Federal (certidão expedida pelo Tribunal Regional Federal que exerça jurisdição no estado do domicílio do requerente)	
15	()	Certidão Negativa de distribuição de processos criminais da justiça estadual ou distrital - deverá corresponder ao estado em que o requerente está domiciliado.	
16	()	Certidão de Quitação Eleitoral (TSE)	
17	()	Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNJ	
18	()	Declaração informando se possui cônjuge, companheiro(a) ou parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	